



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

1º de outubro

de 2020

Gestão de riscos em Instituições de Longa Permanência de Idosos é tema de reunião

O **Ministério Público** do Maranhão promoveu, na manhã desta terça-feira, 29, por meio das Promotorias de Justiça de Defesa do Idoso de São Luís, uma reunião para discutir a temática do gerenciamento de riscos das Instituições de Longa Permanência de Idosos, localizadas em São Luís. A reunião, que ocorreu no auditório da sede das Promotorias de Justiça da capital, integra a programação realizada anualmente pela Rede de Proteção à Pessoa Idosa, em alusão à Semana do Idoso que, neste ano, acontece entre os dias 28 de setembro e 2 de outubro.

Participaram da discussão o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, o titular da 1ª Promotoria do Idoso, José Augusto Cutrim Gomes; o diretor em exercício da Secretaria para Assuntos Institucionais do **MPMA**, Joaquim Ribeiro Souza Júnior; a coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Idoso, Gabrielle Gadelha; a juíza da Vara do Idoso, Lorena Brandão; o presidente da Associação do **Ministério Público**, Gilberto Câmara; a secretária municipal da Criança e Assistência Social, Andréia Lauande; a coordenadora estadual da pessoa idosa, Debora Lopes; bem como representantes da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, dos Conselhos Estadual e Municipal do Direito da Pessoa Idosa e das ILPIs.

O promotor José Augusto Cutrim destacou que, dos 217 municípios maranhenses, apenas 10 possuem ILPIs. Ele frisou, ainda, que esses números demonstram a necessidade da implementação de políticas públicas voltadas para a área. No Maranhão, há quase 1 milhão de idosos; em São Luís, são 150 mil. "Apenas na capital são cerca de 1500 idosos em condições de vulnerabilidade, para um cenário de apenas 60 vagas nas instituições públicas do setor. Nesse sentido, a discussão que estamos realizando é muito necessária", disse o **promotor de justiça**.

Foi destacado, ainda, por parte do procurador-geral de justiça, a importância do envolvimento do **Ministério Público** na discussão da temática. "Uma das nossas atribuições também é atuar na defesa do idoso, o que fica ainda mais sério com a pandemia, já que a população idosa foi muito afetada. A atuação para a efetivação desse cuidado já está sendo muito bem realizada pelos promotores de justiça da defesa do idoso", declarou Eduardo Nicolau.

A necessidade de políticas públicas para a população idosa também foi abordada pela coordenadora do CAOP/ Idoso, Gabrielle Gadelha. A promotora de justiça abordou ainda a perspectiva do atendimento aos idosos durante a pandemia e o crescimento da população com mais de 60 anos.

"A pandemia mostrou que, apesar do crescimento populacional dos idosos, ainda há escassez de serviços e políticas públicas voltadas para esse público. A partir do momento em que todos nós, enquanto rede, atuamos para a melhoria do funcionamento das ILPIs, estamos contribuindo para a melhoria de vida dessas pessoas. O CAOP/Idoso já iniciou a produção de materiais de apoio e formulário para esse fim, pois entendemos que as instituições devem ser, para os idosos, o melhor lugar onde poderiam estar", destacou Gabrielle Gadelha. Em 1º de outubro, Dia Mundial do Idoso, às 15h, o CAOP/Idoso promoverá, em parceria com a ESMP, uma live com a temática: "A velhice e o pacto de solidão": de Gabriel Garcia Marques ao problema da alienação parental".

O presidente do Conselho Estadual da Pessoa Idosa, Clécio Fernandes, ressaltou a importância da discussão para o alinhamento das medidas acerca do gerenciamento de riscos das ILPIs. "Em São Luís existem sete instituições de acolhimento a idosos. É de responsabilidade do Conselho Estadual, do **Ministério Público** e demais entidades que trabalham na defesa dos idosos atuarem para que essas instituições recebam o seu público conforme prevê o Estatuto do Idoso. Assim, eles terão uma condição de vida adequada, que depende de boa alimentação, boas instalações e um acolhimento humanizado e verdadeiro", afirmou.

Foi ajustado, ao fim da reunião, a elaboração de um manual de criação e funcionamento das ILPIs. Os participantes também solicitaram a realização de reuniões periódicas para novas discussões sobre o assunto.

Site: <https://omaranhense.com/gestao-de-riscos-em-instituicoes-de-longa-permanencia-de-idosos-e-tema-de-reuniao/>

ROSÁRIO - Réu é condenado a mais de 20 anos por homicídio de integrante de facção

O **Tribunal do Júri** da Comarca de Rosário condenou, nesta quarta-feira, 30, o réu Balbino de Oliveira Pereira Júnior a 20 anos e um mês de reclusão, a ser cumprido em regime fechado, pelo crime de homicídio qualificado com ocultação de cadáver praticado contra Adriano Silva (vulgo Neguinho) em 28 de dezembro de 2017, no município de Bacabeira.

O Conselho de Sentença acolheu a tese do **Ministério Público** do Maranhão, que foi representado no julgamento pela promotora de justiça Fabíola Fernandes Ferreira, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Rosário. O júri foi presidido pelo juiz José Augusto Costa Leite.

O CRIME

De acordo com a investigação policial, a vítima foi assassinada por Balbino e seu parceiro Beicleriston Carvalho Serra (conhecido como Dudu), já condenado pelo crime em outro julgamento. Ambos pertenciam a uma facção criminosa que era rival da que a vítima integrava. O crime foi cometido como forma de vingança do assassinato da mãe de Balbino, cometido por membro da facção adversária.

Após ser atraído para o local do crime, Neguinho recebeu golpes de facção dados por Balbino, que fora imobilizado por Dudu. Antes do amanhecer, Balbino retornou ao local do crime e arrastou o corpo da vítima para um buraco nas proximidades, onde a enterrou.

Site: <https://omaranhense.com/rosario-reu-e-condenado-a-mais-de-20-anos-por-homicidio-de-integrante-de-faccão/>

Iniciados acordos de não persecução penal de presos na Operação Harpócrates

O **Ministério Público** do Maranhão deu início, nesta semana, à realização de acordos de não persecução penal com as pessoas presas em flagrante pela Operação Harpócrates,

Indiciadas por prática de poluição sonora. O acordo prevê a extinção do procedimento criminal, tendo como contrapartida a perda dos equipamentos apreendidos e a perda da fiança.

O **promotor de justiça** Cláudio Guimarães (Controle Externo da Atividade Policial de São Luís), que integra a Operação com os promotores Reinaldo Campos, Claudio Cabral e Paulo Ramos, informou que a pena prevista para o delito de poluição sonora pelo artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605 /98) é a de detenção de um a quatro anos, o que possibilita a propositura pelo MP do acordo de não persecução penal com os infratores.

Cláudio Guimarães acrescentou que, após o estabelecimento do acordo e a homologação pela Justiça, os materiais (equipamentos de som e escapamentos irregulares de motos), apreendidos nas blitzes e já periciados, deverão ser destruídos e as sobras enviadas para a reciclagem.

Uma pessoa já assinou o acordo e, após a homologação por um Juiz Criminal, o equipamento de som será encaminhado para o processo de destruição e reciclagem. "É um equipamento robusto, de grande valor financeiro", destacou o promotor.

O representante do **MPMA** informou, ainda, que o objetivo é firmar os acordos, de forma célere, com o maior número de infratores, caso eles aceitem. "A gente não pretende deixar passar mais de um mês entre a chegada dos inquiridos e a propositura dos acordos", declarou.

INSTRUMENTO

O acordo de não persecução penal é um instrumento, recentemente incluído no Código de Processo Penal, estabelecido pela Lei 13.964/2019, a ser firmado entre o **Ministério Público** e o investigado, antes do oferecimento formal da Denúncia.

Para isso, o envolvido no delito deve confessar a prática da infração penal sem violência ou grave

ameaça e com pena mínima inferior a quatro anos.

Site: <https://omaranhense.com/iniciados-acordos-de-nao-persecucao-penal-de-presos-na-operacao-harpocrates/>

STJ confirma decisão de manter Julinho fora da disputa em Ribamar

O ministro Francisco Falcão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), indeferiu, no final da tarde desta quarta-feira (30), o pedido de efeito suspensivo formulado pelo médico Júlio César de Souza Matos, o Dr Julinho (PL), para ter o direito de disputar a eleição à Prefeitura de São José de Ribamar neste ano.

Com essa decisão do STJ, fica mantida a inelegibilidade do Dr Julinho. Anteriormente, o próprio ministro Francisco Falcão, relator do processo, deu provimento a um recurso interposto pelo Estado do Maranhão contra uma decisão local, que havia limpado a ficha do político, e o tornou novamente inelegível.

A Corte superior acatou recurso especial da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que pleiteou que fosse levado em consideração acórdão do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), que condenou Dr Julinho por irregularidades financeiras no exercício do cargo de diretor da Maternidade Benedito Leite, vinculada à rede estadual de saúde.

O médico havia obtido ganho de causa na Justiça maranhense ao alegar que não recebera a notificação referente à sua condenação no processo julgado pelo TCE-MA.

O ministro relator manifestou entendimento diferente, uma vez que nos autos consta a informação de que uma funcionária da casa da ex-esposa de Julinho recebera a citação no referido endereço e assinara o documento, comprovando a entrega.

Francisco Falcão reconheceu a validade da notificação, acatando os argumentos da PGE de recebimento, por via postal, no endereço fornecido pelo próprio Julinho, situação amparada pela Constituição Federal e já julgada precedente por outros tribunais brasileiros.

Site: https://cdn-digitalmflip.sflip.com.br/temp_site/edicao-976205421cf8b25a39074b03409e2994.pdf

Registros de candidatura abrem temporada de impugnações no MA

O início da campanha eleitoral de fato - após homologação de candidaturas em convenções e consequentes pedidos de registro na Justiça Eleitoral - abriu a temporada de impugnações em todo o Maranhão.

De acordo com o artigo 3º da Lei Complementar nº 64/90, candidatos, partidos políticos, coligações e o **Ministério Público** Eleitoral têm prazo de cinco dias, contados da publicação do edital do pedido de registro de candidatura, para questionar as candidaturas.

No Maranhão, já são diversos os casos, nenhum, pelo menos por ora, na capital, São Luís. Mas há vários casos em outros municípios da Grande Ilha.

Em Paço do Lumiar, por exemplo, os candidatos Fred Campos (PL) e Paula da Pindoba (PCdoB) "trocaram" impugnações a suas respectivas candidaturas.

A comunista teve a candidatura contestada pela coligação "Coragem pra mudar" por falta de transparência sobre gastos de recursos federais com a pandemia, fato que tem dado prisões a chefes dos Executivos em todo o Brasil. Segundo a ação, Paço do Lumiar recebeu em torno de R\$ 10,5 milhões da União.

Uma investigação foi aberta pela Promotoria de Justiça no Município e o inquérito para apurar possíveis crimes contra o erário já conta com mais de 300 páginas.

Um outro fato relatado no pedido foi a suposta omissão de bens nas declarações de rendas dos membros da chapa majoritária. De acordo com a coligação de Campos, a prefeita Paula da Pindoba omitiu patrimônio de aproximadamente R\$ 340 mil, valor anteriormente declarado nas eleições de 2016. O postulante a vice, Inaldo Pereira, também teria sonogado em sua declaração de renda um Pajero TR4 de cor preta, adquirido às vésperas das eleições de 2018.

No caso de Fred Campos, a coligação "Um Paço para o progresso", que representa a comunista, alega que ele não pode ser candidato porque não se afastou de uma empresa, da qual é sócio, que mantém contratos com o Estado e diversos municípios maranhenses.

O candidato afirma que essa ação não deve prosperar porque ele não tem cargo de gestão na empresa.

"Não há obrigatoriedade de se afastar nesse caso, porque eu não ocupava qualquer cargo de direção na empresa. Sou apenas sócio", afirma.

Inelegível?

Em São José de Ribamar, a situação é um pouco diferente: o candidato a prefeito Dr. Julinho (PL), da coligação "Esperança e mudança para São José de Ribamar", teve seu registro de candidatura impugnado não por adversário, mas pela promotora eleitoral Bianca Sekkef Rocha.

Na ação, a representante do **Ministério Público** Eleitoral (MPE) aponta decisão recente do ministro Francisco Falcão, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em que o magistrado suspendeu efeitos de sentenças da Justiça do Maranhão anulando acórdão do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE) - que desaprovou contas da sua gestão à frente da Maternidade Benedito Leite em 2007 -, em razão de inobservância aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Dr. Julinho terá prazo de sete dias para apresentar defesa. Em entrevista a uma rádio local, na terça-feira, ele se disse tranquilo em relação ao caso.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/10/01/#primeiro-caderno/pagina/12>

Guerra civil - ESTADO MAIOR

ESTADO MAIOR

Como adiantado pela coluna ainda durante o período da pré-campanha, a disputa eleitoral de São Luís será marcada por uma "guerra civil" que já teve início. A disputa interna no consórcio do Palácio dos Leões só cresce a cada dia. A campanha começou e nas trincheiras dos governistas todos os dias é dia de confronto, seja por meio das redes sociais ou nos ataques em grupos de Whatsapp.

E essa guerra acontece porque os candidatos do consórcio de Flávio Dino brigam pela segunda colocação para um eventual segundo turno em São Luís.

O confronto mais direto, por enquanto, é entre Duarte Júnior, candidato do Republicanos, com Neto Evangelista, que disputa a prefeitura pelo DEM.

Nas pesquisas de intenção de votos que estão saindo, o republicano aparece em segundo e o democrata em terceiro. Seus aliados e apoiadores não conseguem mais esconder que a batalha entre os dois governistas precisa ser intensificada.

Duarte sempre aparece se defendendo de ataques na internet. Evangelista age como se nada estivesse acontecendo.

Correndo bem atrás destes "aliados", está Rubens Júnior, do PCdoB, que não poupa críticas a seus adversários de seu mesmo grupo.

Liderando Enquanto isso, lidera de longe Eduardo Braide (Podemos), que sem ser atingido pelas "balas" de seus adversários, prefere seguir sem entrar em confronto desnecessário.

As falas do candidato do Podemos focam em propostas de governo.

Sem atacar qualquer adversário, Braide pede debate sobre os **problemas** de São Luís.

Essa estratégia de não entrar em confronto, ele vem adotando desde a pré-campanha. Na época, Braide parou com as críticas à Prefeitura de São Luís e ao prefeito, Edivaldo Júnior.

Agenda Uma agenda do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no **Maranhão** já está sendo preparada.

Por enquanto, há a previsão de que o presidente da República passe dois dias em visita ao **estado**.

A previsão é de que Bolsonaro passe por São Luís, Imperatriz, Açailândia e São Pedro dos Crentes.

Sem data O mês definido para a visita presidencial é outubro. Não há dia acertado ainda. Mesmo após a definição, por segurança, a agenda deverá ser divulgada somente três dias antes da viagem.

Quem está trazendo o presidente Bolsonaro ao **Maranhão** é o senador Roberto Rocha (PSDB).

O tucano se considera o representante do presidente da República no **estado**. A visita, segundo Rocha, será para Bolsonaro conhecer as obras do Governo Federal no **Maranhão**.

Impugnação As ações de impugnações de pedido de registro de candidatura vai até o próximo domingo, 4.

Este é o prazo para que qualquer candidato, partido político, coligação ou o **Ministério Público** possam impugnar os pedidos de registro.

Por enquanto, em São Luís, não há ações de impugnação contra os candidatos a prefeito da capital.

Impugnados Já em Paço do Lumiar, os candidatos Fred Campos (PL) e Paula da Pindoba (PCdoB) decidiram "trocar" impugnações.

O primeiro acusa a comunista de **problemas** na aplicação de verbas vindas da União para o combate à Covid-19.

A comunista acusa seu adversário de não ter se desvinculado de empresa que tem contratos com o poder público.

Atentos Em encontro com a imprensa, os membros do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do **Maranhão** demonstraram preocupação em relação à campanha eleitoral e à pandemia.

O presidente da Corte, desembargador Tyrone Silva, disse que os candidatos precisam ficar atentos às medidas sanitárias e de **saúde**.

Tyrone lembrou ainda que as autoridades sanitárias precisam repassar as informações aos eleitores também.

E MAIS

O diretor-geral do TRE, Gustavo Vilas Boas, falou sobre outro vírus - como classificou as fake news o presidente do TSE, ministro Luís Barroso.

Vilas Boas apresentou aquilo que a Justiça julga se tratar de fake news dentro do processo eleitoral.

O diretor falou ainda sobre os cuidados que o profissional de comunicação precisa adotar na hora de checar uma informação e alertou a sociedade para o cuidado em compartilhar notícias e informações que não dispõem de credibilidade.

Site:

**[https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/10/01
/#primeiro-caderno/pagina/12](https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/10/01/#primeiro-caderno/pagina/12)**

Justiça Eleitoral está atenta aos protocolos contra Covid-19, diz Tyrone

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA), desembargador Tyrone Silva, afirmou ontem, durante encontro com profissionais da imprensa do estado, que a Justiça Eleitoral está atenta ao cumprimento de protocolos sanitários, no enfrentamento à Covid-19 durante o período de campanha eleitoral.

Além de Tyrone, participaram do encontro, o vice-presidente e corregedor do TRE, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; o diretor-geral Gustavo Vilas Boas; além de outros magistrados, representantes do **Ministério Público** Eleitoral e assessores.

"Essa é uma integração importante para nós da Justiça Eleitoral, sem dúvida para a imprensa, para os eleitores, para a sociedade, principalmente nesse momento político, as eleições, que é o coroamento da nossa democracia, exercício de nossa cidadania", disse Tyrone, sobre a relação da Justiça com a imprensa.

O magistrado afirmou que é necessário ter cautela no momento, em decorrência da pandemia da Covid-19. Tyrone disse que todos devem observar os protocolos sanitários e de saúde no enfrentamento ao vírus, que ainda mata no Maranhão, no Brasil e no mundo.

"Preocupa a todos. Nós, da Justiça Eleitoral, também estamos preocupados em encontrar os meios de repassar a orientação aos candidatos. É fundamental, aos candidatos, ter os cuidados, informar aos seus eleitores que precisam ter a cautela devida tanto nos comícios, quanto nas reuniões.

Importante às autoridades sanitárias, também, ficarem sempre atentas no sentido de repassar as suas orientações, nós da Justiça vamos repassar as informações quando elas se mostrarem necessárias.

Mas aviso também que estamos tomando todas as cautelas, tomando todas as providências", destacou.

Cuidados O desembargador José Joaquim também chamou atenção para os cuidados contra a Covid-19 durante o período de processo eleitoral.

"Infelizmente vivemos num momento pandêmico, onde teremos uma eleição atípica. E durante a pandemia,

nós temos de cuidar de alguns fatos que são importantes, dentre eles, exatamente, a parte sanitária, demonstrar ao mesário que deva comparecer não só para contribuir com o civismo, mas para que possamos ter uma eleição tranquila, porque há a necessidade realmente de que tenhamos, em cada seção, pelo menos dois ou três mesários", disse.

José Joaquim falou sobre o comprometimento do Tribunal Regional Eleitoral com o pleito marcado para o mês de novembro.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/10/01/#primeiro-caderno/pagina/12>

60% dos casos de violência contra idosos acontecem em casa

Patrícia Cunha

Embora parecendo que a violência contra idosos havia se reduzido, em face da falta de registro na delegacia especializada durante a fase mais aguda dos casos da Covid 19, esta assertiva não é verdadeira, visto que com a diminuição da pandemia, os registros estão chegando, somente agora, à Delegacia do Idoso. É que os idosos estavam confinados em suas casas e não podiam comparecer à Delegacia, para concretizar as denúncias, de forma presencial. Alguns se utilizaram do aplicativo DISQUE 100, que está encaminhando os casos para a DI. Outros estão, agora, denunciando presencialmente.

A informação é da delegada Iglia Azulay, titular da Delegacia do Idoso. Ela disse que a maioria dos casos de violência contra o idoso, partem de familiares muito próximos, principalmente, filhos, esposa ou companheiros. Os motivos mais frequentes, tem origem econômica, já que a maioria dos idosos são aposentados e os familiares querem ou se apossam do cartão para se usufruir do benefício previdenciário do idoso. Quando o idoso resiste para não entregar, então gera problemas que evolui para agressões verbais e até mesmo físicas.

O cartão de benefício do idoso é muito usado para contrair empréstimos, geralmente com parcelas com valor superior à capacidade de pagamento, o que leva o idosos a passar necessidades, já que a maioria das aposentadorias, gera proventos no valor de apenas um salário mínimo e tem aposentados que tem descontos superiores a um terço deste valor.

Mais de 60% dos casos de violência contra idosos ocorrem nos lares. Este contexto não se refere só ao Brasil, e sim internacionalmente, segundo dados apresentados pela pesquisadora emérita da Fiocruz, Cecília Minayo, durante palestra realizada em Brasília. Ela disse que dois terços dos agressores são filhos, que agridem mais que filhas, noras ou genros, e cônjuges, nesta ordem. Os idosos quase não denunciam, por medo e para protegerem os familiares. Conforme Minayo, normalmente os agressores convivem na casa com a vítima, são filhos dependentes do idoso e idoso dependente dos familiares, filhos ou idosos que abusam de álcool e drogas, pertencem a famílias pouco afetivas ao longo da vida e isoladas socialmente. Entre as vítimas estão

idosos que tiveram comportamento agressivo com a família ao longo da vida e famílias com histórico de violência.

Em relação aos cuidadores, inserem-se no contexto da violência aqueles que tenham sido ou continuam sendo vítima de violência, que sofrem depressão ou outro tipo de sofrimento mental e em situação de exaustão. "A violência é uma forma de comunicação, se me comunico gritando, batendo, explorando, desprezando, abusando. Famílias violentas colhem violência", ressaltou a pesquisadora.

A delegada Iglia descartou que existam ocorrências de violência sexual contra idosos e citou que, do ano passado para cá, apenas um caso foi verificado, tendo como suspeito um idoso que se ofereceu para cuidar de uma senhora e foi denunciado de estar abusando da referida. Os vizinhos da vítima observaram movimentação estranha na casada vítima e passaram a vigiar, surpreendendo o suspeito em plena prática da ilicitude, aproveitando-se da vítima se encontrar em situação de indefesa.

A delegada afirmou que a maioria das denúncias não partem do próprio idoso, mas de parentes ou de vizinhos que notam que está ocorrendo alguma coisa fora do normal e comunicam à Polícia. Os investigadores da DI realizam levantamentos e confirmam a veracidade das denúncias, dando origem aos procedimentos preliminares que, depois de concluídos, a peça informativa é encaminhada ao Judiciário, tomando forma de processo, após a denúncia pelo **Ministério Público**.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como violência ou maltrato contra o idoso o ato (único ou repetido) ou omissão que cause dano ou aflição e que se produz em qualquer relação na qual exista expectativa de confiança.

Entre os principais tipos de violência contra a pessoa idosa, conforme a pesquisadora, estão a estrutural (relacionada à miséria, deixar a pessoa morrer), interpessoal (do cotidiano, família, comunidade, nas relações), institucional (produzida pelos profissionais da saúde, assistência social, instituições em geral) e simbólica (desprezo, menosprezo).

Quanto à natureza, as principais expressões da

violência são: física, psicológica, sexual, econômico-financeira-patrimonial, negligência e autonegligência. As denúncias feitas pelo Disque 100 indicam que a violência psicológica tem percentual mais alto que a violência física. Entre as queixas feitas pelos idosos, ela ressalta a perda de autonomia e o abandono. "Fizemos um estudo sobre suicídios de pessoas idosas e o fator preponderante é o isolamento, que leva a depressão. Depressão é uma consequência de uma situação anterior de abandono", asseverou a pesquisadora Minayo. Um aspecto positivo ressaltado pela pesquisadora é a consciência mais clara do direito da pessoa idosa, do dever da sociedade e a própria postura da pessoa idosa, que tem buscado seus direitos e denunciado essas situações.

O idoso é a pessoa que tenha sessenta ou mais anos de idade. Nesta condição ele tem o amparo legal, imposto pelo Estatuto do Idoso, criado através da Lei Federal 10.741 de 2003. São 118 artigos que abrangem direitos fundamentais das pessoas idosas, sendo saúde física e mental, social e moral, com liberdade e dignidade.

No seu Artigo 4, preceitua que : Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos por ação ou omissão, será punido na forma da lei. Em São Luís, o órgão que cuida dos casos de violência contra o idoso é a Polícia Civil, através da Delegacia do Idoso, localizada na Avenida Beira Mar, em frente à ponte José Sarney (São Francisco).

Site: <https://oimparcial.com.br/cidades/2020/10/60-dos-casos-de-violencia-contra-idosos-acontecem-em-casa/>

Iniciados acordos de não persecução penal de presos na Operação Harpócrates

Eduardo Ericeira

O **Ministério Público** do Maranhão deu início, nesta semana, à realização de acordos de não persecução penal com as pessoas presas em flagrante pela Operação Harpócrates, processadas por prática de poluição sonora. O acordo prevê a extinção do processo, tendo como troca a perda dos equipamentos apreendidos e a perda da fiança.

O **promotor de justiça** Cláudio Guimarães (Controle Externo da Atividade policial), que integra a Operação, informou que a pena prevista para o delito de poluição sonora pelo artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605 /98) é a de detenção de um a quatro anos, o que possibilita a propositura pelo MP do acordo de persecução penal com os infratores.

Cláudio Guimarães acrescentou que, após o estabelecimento do acordo e a homologação pela Justiça, os materiais (equipamentos de som e escapamentos irregulares de motos), apreendidos nas blitzes e já periciados, são destruídos e as sobras enviadas para a reciclagem.

Uma pessoa já assinou o acordo e o equipamento de som já foi encaminhado para o processo de reciclagem. "É um equipamento robusto, de grande valor financeiro", destacou o promotor.

O representante do **MPMA** informou que o objetivo é firmar os acordos, de forma célere, com o maior número de infratores, caso eles aceitem. "A gente não pretende deixar passar mais de um mês entre a chegada dos inquiridos e a propositura dos acordos", declarou.

O acordo de não persecução penal é um instrumento, recentemente incluído no Código de Processo Penal, estabelecido pela Lei 13.964/2019, a ser firmado entre o **Ministério Público** e o investigado, antes do oferecimento formal da Denúncia. Para isso, o envolvido no delito deve confessar a prática da infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a quatro anos.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/10/iniciados-acordos-de-nao-persecucao.html>

Em Pedreiras, coligação acusa prefeito de tentar terceiro mandato

Na cidade de Pedreiras, a candidata a prefeita Vanessa Maia (Solidariedade), da coligação "Juntos para mudar Pedreiras", teve o registro de candidatura impugnado pela coligação "Pedreiras: nosso amor por você não tem preço" - que tem à frente o candidato Dr. Humberto (PSC).

Um dos questionamentos diz respeito ao domicílio eleitoral. Candidata a prefeita em Pedreiras, onde figura como tesoureira do Solidariedade, Vanessa Maia também é vice-presidente do partido MDB em Trizidela do Vale, município vizinho.

Para a coligação de Dr. Humberto, este é, portanto, o domicílio eleitoral efetivo da candidata.

A proximidade entre Pedreiras e Trizidela do Vale é outro ponto levantado pela "Pedreiras: nosso amor por você não tem preço" como gerador de inelegibilidade da candidata.

Os dois municípios são separados apenas por uma ponta de 200m, e Trizidela já é administrada há dois mandatos pelo marido de Vanessa Maia, o prefeito Fred Maia - que foi, também, duas vezes viceprefeito.

Condenações Já em Buriti Bravo, o ex-prefeito Nonato Pereira (Pros), da coligação "Pra seguir avançando", teve a candidatura impugnada pela coligação da sua adversária, Luciana Leocádio (PCdoB).

Segundo a ação o ex-gestor não poderia ser candidato porque tem contra si condenação por **improbidade administrativa**, por órgão colegiado - a **4ª Câmara Cível** do Tribunal de Justiça do **Maranhão**, nos autos do processo nº 936- 78.2013.8.10.0078 -, além de diversas contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado do **Maranhão** (TCE-MA), referentes aos exercícios de 2007, 2008 e 2009.

Todas as impugnações precisam ser apreciadas pela Justiça Eleitoral.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/10/01/#primeiro-caderno/pagina/12>

Campanha eleitoral sem trabalho infantil

O **Ministério Público** do Trabalho no Maranhão (MPT-MA), o **Ministério Público** Estadual (MP-MA) e a Superintendência Regional do Trabalho (SRT-MA) realizaram uma reunião virtual com representantes de diretórios regionais de partidos políticos na tarde desta terça-feira (29). O objetivo foi apresentar a notificação recomendatória para que agremiações partidárias e candidatos não utilizem e não permitam a exploração do trabalho de crianças e adolescentes em campanhas político-partidária. A recomendação é assinada por cinco instituições: MPT-MA, **Ministério Público Eleitoral** (MPE), **Ministério Público** Estadual (Promotorias de Justiça da Infância e Juventude de São Luís), Coordenadoria do Projeto de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil da SRT-MA e Comissão de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, que uniram esforços para proteção integral do público infanto-juvenil.

O intuito é evitar que crianças e adolescentes trabalhem em ruas e logradouros públicos, tendo em vista que tal atividade é considerada uma das piores formas de trabalho infantil, por expor as vítimas da exploração à violência, drogas, assédio sexual e **tráfico de pessoas**, além da exposição à radiação solar, chuva e acidentes de trânsito. De acordo com a procuradora do Trabalho Virgínia de Azevedo Neves, a reunião buscou conclamar as agremiações partidárias para que não violem o dever constitucional de defesa das crianças e adolescentes. "Queremos que os partidos políticos e futuros gestores ingressem nessa campanha. A legislação que proíbe o trabalho infantil precisa ser respeitada", ressalta ela.

O **promotor de Justiça** Márcio Tha-deu Silva Marques destacou a ação articulada entre as instituições que integram a rede de proteção de crianças e adolescentes, e sugeriu que o combate ao trabalho infantil seja contemplado nos planos de governo dos gestores que concorrem nestas eleições municipais.

A auditora fiscal do Trabalho e coordenadora de combate ao trabalho infantil da SRT-MA Léa Cristina Leda, acredita que o respeito à legislação e a inclusão da temática do combate ao trabalho infantil nos planos governamentais poderão valorizar a campanha eleitoral e contribuir para a conscientização da sociedade.

Na reunião virtual, estiveram presentes representantes do Podemos e PSTU. No entanto, todos os partidos

políticos serão notificados e fiscalizados para o cumprimento da notificação recomendatória.

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2020/oimparcial-36.200.orig.pdf>

Combate ao trabalho infantil é debatido em reunião virtual com representantes de partidos políticos

(29.09.2020) - O **Ministério Público** do Trabalho no Maranhão (MPT-MA), o **Ministério Público** Estadual (**MPMA**) e a Superintendência Regional do Trabalho (SRT-MA) realizaram uma reunião virtual com representantes de diretórios regionais de partidos políticos na tarde desta terça-feira (29). O objetivo foi apresentar a notificação recomendatória para que agremiações partidárias e candidatos não utilizem e não permitam a exploração do trabalho de crianças e adolescentes em campanhas político-partidárias.

A recomendação é assinada por cinco instituições: MPT-MA, **Ministério Público** Eleitoral (MPE), **Ministério Público** Estadual (Promotorias de Justiça da Infância e Juventude de São Luís), Coordenadoria do Projeto de Prevenção e Combate ao Trabalho Infantil da SRT-MA e Comissão de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, que uniram esforços para proteção integral do público infanto-juvenil.

O intuito é evitar que crianças e adolescentes trabalhem em ruas e logradouros públicos, tendo em vista que tal atividade é considerada uma das piores formas de trabalho infantil, por expor as vítimas da exploração à violência, drogas, assédio sexual e **tráfico de pessoas**, além da exposição à radiação solar, chuva e acidentes de trânsito.

De acordo com a procuradora do Trabalho Virgínia de Azevedo Neves, a reunião buscou conclamar as agremiações partidárias para que não violem o dever constitucional de defesa das crianças e adolescentes. "Queremos que os partidos políticos e futuros gestores ingressem nessa campanha. A legislação que proíbe o trabalho infantil precisa ser respeitada", ressalta ela.

O **promotor de Justiça** Márcio Thadeu Silva Marques destacou a ação articulada entre as instituições que integram a rede de proteção de crianças e adolescentes, e sugeriu que o combate ao trabalho infantil seja contemplado nos planos de governo dos gestores que concorrem nestas eleições municipais.

A auditora fiscal do Trabalho e coordenadora de combate ao trabalho infantil da SRT-MA Léa Cristina

Leda, acredita que o respeito à legislação e a inclusão da temática do combate ao trabalho infantil nos planos governamentais poderão valorizar a campanha eleitoral e contribuir para a conscientização da sociedade.

Na reunião virtual, estiveram presentes representantes do Podemos e PSTU. No entanto, todos os partidos políticos serão notificados e fiscalizados para o cumprimento da notificação recomendatória.

Site: <https://omaranhense.com/combate-ao-trabalho-infantil-e-debatido-em-reuniao-virtual-com-representantes-de-partidos-politicos/>

Polícia Civil reforça investigações com operações nas ruas da Grande Ilha

Eduardo Ericeira

Investigações intensificadas pela Polícia Civil na grande operação da **Segurança Pública**, tiveram mais um etapa nesta terça-feira (29). Entre os bairros onde as equipes atuaram estão São Francisco, Ilhinha, Anjo da Guarda, Coroadinho e Vila Embratel. O trabalho integra a ação organizada das polícias, iniciada na última sexta-feira e que será por tempo indeterminado.

"A **Segurança Pública** está mobilizada para essa grande operação que reúne diversas forças do sistema e tem como finalidade conter criminosos e garantir que a população esteja segura. Estamos em campo, presentes e atuando de forma intensiva nesta operação", ressaltou o delegado geral de Polícia Civil, Armando Pacheco.

O efetivo da Polícia Civil marcou presença nos bairros, realizando monitoramento em áreas mapeadas, para identificar e prender membros de facções, apreender armas e drogas e reforçar o trabalho investigativo em andamento. Na ocasião, os policiais abordaram pessoas, verificaram mandados de prisão em aberto e conduziram suspeito com mandado de prisão temporária, flagrado com arma de fogo e drogas.

"O objetivo principal dessa operação é intensificar o trabalho da Polícia Civil. Essa ação integrada se estende desde o último fim de semana e vai permanecer nos próximos dias. São ações de presenças da polícia, assim com está ocorrendo nas investigações das nossas superintendências, delegacias e unidades. A polícia está nas ruas, dia e noite, em incursões nos bairros da Grande Ilha", disse o delegado geral adjunto de Polícia Civil, Danilo Veras.

A grande operação da **Segurança Pública** se concentra em bairros da Região Metropolitana de São Luís, mas também se amplia a municípios do interior do Estado, a exemplo de Imperatriz, Presidente Dutra, Açailândia, Estreito, Buriticupu, Amarante, Cidelândia, Caxias, Timon, Balsas, Barra do Corda, Pinheiro, entre outros.

Todos os grupamentos e comandos da Polícia Militar e Polícia Civil estão mobilizados para a ação, que agrega ainda efetivo do Centro Tático Aéreo (CTA), Batalhão de Choque e Batalhão Tiradentes, da Polícia Militar.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/10/policia-civil-reforca-investigacoes-com.html>

Erlânio Xavier contrata investigado no escândalo das "Estradas-Fantasma" por R\$ 5,5 milhões (Policial)

O prefeito de Igarapé Grande, Erlânio Xavier (PDT), que voltou com força e poder depois de ser preso em 2012 pela Polícia Federal, resolveu firmar negócios com a problemática empresa Enciza Engenharia Civil Ltda. em dois contratos milionários para asfaltar ruas e avenidas do município maranhense.

Erlânio, que concorre à reeleição em 2020, contratou a empreiteira, de propriedade do empresário José Lauro de Castro Moura, que é conhecida no submundo da corrupção e responde cerca de sete **ações judiciais**, sendo duas delas por improbidade e mais duas por ações penais. Ao todo, serão derramados R\$ 5.534.139,76 (cinco milhões quinhentos e trinta e quatro mil cento e trinta e nove reais e setenta e seis centavos) somente em asfalto no município. Os contratos tiveram menos de um mês de diferença em suas assinaturas.

A Enciza já foi alvo de duas operações da PF. A primeira foi a "Operação Navalha" desencadeada em 2007, que culminou com a prisão do ex-governador José Reinaldo Tavares. Na época, foi constatado irregularidades de vários pagamentos do governo do estado à empresa. Segundo o inquérito, o dinheiro era repassado, mas as obras não eram realizadas. Ao todo pelo menos 19 estradas não foram concluídas somando um prejuízo de R\$ 8,4 aos cofres públicos. O caso ficou conhecido como escândalo das Estradas Fantasmas.

A empreiteira, que também foi pivô da 'Operação Rapina', poderá voltar ao radar da PF, desta vez, por fraude e superfaturamento em contratos com prefeituras, principalmente, as pedetistas. Além disso, as denúncias de corrupção não envolvem apenas a Enciza. Escândalos envolvendo várias outras irregularidades podem voltar a colocar na cadeia diversos gestores maranhenses, uma delas a prefeita de Axixá, Sônia Campos (PDT), que já foi presa na mesma operação.

O prefeito Erlânio Xavier, por sua vez, que também já foi investigado e preso em 2012 pela PF, por ser sócio oculto da empresa Construtora Luna e, supostamente, fazer parte de um esquema desvio de verbas do Fundeb de Paço do Lumiar, resolveu abrir os cofres da

prefeitura para asfaltar vários pontos no município. Por conta disso, ele poderá ser denunciado pelo adversário por realizar "asfalto eleitoreiro", a fim de garantir a sua reeleição.

Além disso, o blog apurou que o chefe do executivo igarapé-grandense ainda pode ser pivô de um mega escândalo envolvendo a FAMEM - Federação dos Municípios do Estado do Maranhão. Afastado da presidência, Erlânio comanda a entidade desde janeiro de 2019. Conforme relatório detalhado com mais de 5 mil páginas ao qual tivemos acesso, e logo, logo servirá como chave para abrir a caixa preta da entidade que possui como função precípua defender e representar os municípios maranhenses.

Site: <https://ilharebelde.com/p/erlanio-xavier-contrata-investigado-no-escandalo-das-estradas-fantasma-por-r-55-milhoes/>

Zito Rolim é impugnado por ser "ficha suja" e envolvido com trabalho escravo

Apoiado por Francisco Nagib, prefeito de Codó, José Rolim Filho teve a candidatura impugnada por estar inelegível.

O pedido de impugnação foi feito pela coligação " U n i ã o d o P o v o " (PSDB/MDB/PODE/PSD/REPUBLICANOS/PL/PT/PV).

Segundo o documento, Zé Rolim não tem idoneidade moral e encontra-se em situação de inelegibilidade, portanto não poderá concorrer ao cargo de prefeito de Codó.

Ainda de acordo a coligação, o candidato apoiado por Nagib tem contra si contas julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, no bojo da Tomada de Contas nº 8057/2010-TCE/MA, sendo, portanto, "ficha suja".

Outro ponto destacado pelo documento é que Rolim vem constando há vários anos na relação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de empregadores autuados por submeter trabalhadores em condição análoga à escravidão.

"Para se ter uma ideia da gravidade das condutas e da manifesta carência de idoneidade moral, em uma das fiscalizações ocorridas na Fazenda "São Raimundo/São José" foram encontrados 24 funcionários do Impugnado em péssimas condições de trabalho, conforme relatório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.", frisou coligação "União do Povo".

Veja o documento aqui

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site: <http://www.netoferreira.com.br/poder/2020/10/zito-rolim-e-impugnado-por-ser-ficha-suja-e-envolvido-com-trabalho-escravo/>

Hipocrisia comunista: Cadê os rigores do COVID-19, só servem para shoppings, escolas e cinemas?

ricardosantos

Cadê as exigências para usar álcool gel e aferição de temperatura?

Denúncia contra as prefeituras e empresários dos transportes públicos da Grande Ilha, que não disponibilizam álcool gel aos usuários dos transportes públicos.

Cadê a MOB - Agência Estadual de **Mobilidade Urbana** e Serviços Públicos?

Cadê o **Procon** - que nada diz sobre as relações de consumo serem prejudicadas pelas exigências exorbitantes noutros estabelecimentos, mas nada faz contra os terminais de integrações que faturam alto com as vendas de bilhetes?

Alô, governador e prefeito do "lockdow": Nos ônibus e Terminais de Integrações de São Luís não tem álcool gel nas entradas, por qual motivo?

Site:

<https://blogdoricardosantos.com.br/2020/10/01/hipocrisia-comunista-cade-os-rigores-do-covid-19-so-servem-para-shoppings-escolas-e-cinemas/>

Dia do idoso

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2020/10/01/TVMIRANTESOL>

UIZAFGLOBOMA-06.36.23-06.41.38-1601555001.mp4

CPI da Pedofilia em São José de Ribamar: vereador é acusado por abuso de menores e deve ser preso

Durante a última semana na Câmara Municipal de São José de Ribamar em meio ao escândalo do afastamento do presidente do legislativo ribamarense, Beto das Vilas (Republicanos) e outros servidores que foram alvo de uma operação que investiga a prática de fraudes licitatórias e peculato, a CPI da Pedofilia realizou a 3ª Oitiva para ouvir um parlamentar da casa.

Professor Cássio Sales (PSB), que está sendo investigado pela justiça em um processo sigiloso na 9ª vara criminal, também foi chamado para prestar esclarecimentos aos parlamentares que instalaram a CPI na câmara.

Após diversas denúncias feitas ao número disponibilizado e extensa investigação, foram juntados ao processo, depoimentos de familiares feitos em vídeos que levaram as lágrimas os que estavam presentes acompanhando pelo teor de revolta e dor que levou os familiares das vítimas a denunciarem a CPI, também "prints" em aplicativos de mensagem instantânea, os mesmos disponibilizados por pais e mães de família revoltados com o vereador que afirmaram não serem as primeiras vítimas de Sales, que muitos outros não o denunciaram por medo.

Sales que já foi ouvido pela Comissão Parlamentar de Inquérito e mesmo assistindo aos inúmeros vídeos de denúncias de vários atos de pedofilia, segundo informações dadas ao blog, não esboçou nenhum tipo de reação comum dos acusados injustamente, e se limitou a responder somente que estava sofrendo perseguição política, de um dito desafeto da sua região, também ex- vereador, o que não convenceu os membros e tampouco a delegada da cidade que se encontrava presente.

Uma das denúncias apuradas pelo blog, é que pesa sobre Cássio e a de abuso sexual cometida a um menor especial feito pelo pai da vítima

em vídeo que levou alguns membros às lágrimas e deixou seus advogados perplexos. No vídeo o pai relata que seu filho, já falecido, sempre repetia como sofreu abuso. Outro caso denunciado à comissão, descreve que um pai revoltado soube que o filho tinha

sido abusado agrediu o vereador que estranhamente não deu parte do agressor. São muitas inconsistências no seu depoimento. Segundo apurou o Blog, além desses casos há inúmeros outros relatos feitos no telefone da CPI e uma vasta documentação contra o vereador Professor Sales que será encaminhada ao **Ministério Público**.

Mas bombástico ainda é o fato de ter chegado a CPI novos vídeos contra o vereador depois que a comunidade das vilas souberam de sua ida para depor através de uma nota de esclarecimento que ele postou na rede sem nenhum constrangimento. Segundo fonte do blog, a Comissão recebeu vários vídeos comprometedores do vereador Professor Cássio Sales e alguns deles até ele mantendo relações sexuais com menores. A coisa está feia naquela cidade e o vereador poderá ter problemas judiciais graves, inclusive resultando em sua prisão. São José deve estar triste com alguns dos representantes do povo de sua cidade.

Acompanhe o Blog do Luis Cardoso também pelo TwitterT e pelo Facebook.

Site: <https://luiscardoso.com.br/assedio/2020/10/cpi-da-pedofilia-em-sao-jose-de-ribamar-vereador-e-acusado-por-abuso-de-menores-e-deve-ser-preso/>